

**A caminho da resolução da crise:
Rediscussão sobre o futuro do regime político no Nepal**

*Ricardo dos Santos Poletto
Junho/2006*

A população nepalesa é alentada pelos últimos desdobramentos da crise na qual o país se encontra mergulhado há mais de uma década. Os rumos dos acontecimentos no país têm sido acompanhados a uma distância segura pelas potências observadoras. Tacitamente, a Índia se abstém de assumir um papel mais direto, na expectativa de que o regime se estabilize e que a rebelião maoísta perca força. Tudo se passa à sombra da China, cujas discretas negociações sobre o caso acompanham a tradicional posição não-intervencionista do país. O desejo regional de consecução de uma estabilidade permanente na região deverá, portanto, ser resultado, a princípio, da movimentação política interna no Nepal.

O antagonismo que se forma no seio do país himalaico não agrada aos países interessados na pacificação. Por um lado, o rei Gyanendra conquistou a antipatia internacional com suas medidas coercitivas contra os civis e com sua aberta atuação anti-democrática. As fontes de ajuda externa, principalmente oriundas da União Européia, secaram diante das práticas contrárias aos princípios de defesa dos direitos humanos. Os rebeldes, por seu turno, são vistos como elemento indesejável para uma definitiva estabilização política no país. A bandeira maoísta, particularmente, é tida como uma manifestação anacrônica de rústica ressurreição ideológica possibilitada por um contexto de erosão sócio-política. A identificação do grupo como uma entidade terrorista afasta qualquer espécie de apoio internacional, mesmo da China que, preocupada com a imagem do país e do líder Mao Tse-Tung e comprometida com a segurança regional, condena as ações dos rebeldes que se nomeiam herdeiros do pensamento do grande timoneiro e da verdadeira ideologia comunista. Dessa maneira, muitos países se vêem diante do dilema entre apoiar um regime totalitário contrário aos direitos humanos para combater um grupo de rebeldes ou apoiar os opositores radicais contra um déspota. Os dois vetores levam, logo, à inércia, sob a aquiescência dos gigantes asiáticos.

A resolução, no final de 2005, das questões fronteiriças na região entre China e Índia, que motivaram a guerra sino-indiana de 1962, não tornaram a região montanhosa uma área livre de tensões. O intercâmbio de tropas rebeldes preocupa principalmente a Índia, que também enfrenta insurgências no norte do país. A posição estratégica do Nepal, entretanto, é questionada por analistas que afirmam que o reino em questão vive em isolamento esplêndido, condição só quebrada pelo interesse turístico, muito embora dificultado pelas precárias vias de acesso e incipiente comunicação com seus vizinhos. Não obstante, a crise

no Nepal é simbólica para as demais experiências governamentais no continente, ao reascender o debate democrático, ao lado do palco autoritário chinês.

O período ininterrupto de conflitos entre as tropas maoístas e as tropas reais, em paralelo à greve geral que paralisou o país, levou ao sufocamento do governo, insistente em combater os rebeldes por meios inconstitucionais, baseando-se na concentração de poderes e alijamento das demais forças políticas. O infeliz e obstinado cálculo político do rei Gyanendra teve efeitos desastrosos sobre o Nepal nos mais diversos sentidos. A morte de manifestantes que defendiam o retorno das atividades parlamentares colocou a população indisposta com relação à monarquia.

O elemento religioso tomou papel relevante nesse processo; o Nepal é o único país de religião oficial hindu no mundo, com uma porcentagem de população hinduísta superior mesmo à indiana. Para os nepaleses, a figura real é a encarnação do deus Vishnu, merecendo, portanto, a reverência civil e religiosa. A paulatina perda dessa condição por parte do rei Gyanendra ocorre em função das terríveis circunstâncias que o levaram o poder - o massacre no palácio real em 2001 - e a ação indiscriminada das tropas reais contra a população. A cremação do corpo de um dos mortos nas manifestações de defesa do parlamento sem o consentimento da família - um evento aparentemente sem maior importância política no imaginário ocidental - levou a uma desintegração da aura de divindade que remanesceu sobre o soberano Gyanendra. Assim, o papel simbólico da monarquia no Nepal sofre um processo de forte erosão.

A decisão de restabelecer a condição parlamentarista do reino foi resultado de um intenso jogo de pressão que envolveu figuras indianas e chinesas no intuito de demover Gyanendra de seu intento de sustentar a luta totalitária contra os rebeldes. Alia-se a isso o fato de que o risco de invasão do palácio pelos manifestantes colocava a própria vida do rei em risco e o exílio já parecia ser uma opção a ser considerada. Girija Prasad Koirala, apesar da avançada idade e dos graves problemas de saúde, mais uma vez é nomeado pelas forças de oposição para o cargo de primeiro-ministro. A reabertura do parlamento foi acompanhada com euforia pela população. Seguiu-se o imediato fim do bloqueio empreendido pelos maoístas, atendendo apelo de Koirala. Prachanda, líder do movimento rebelde, vinculou a decisão à necessidade de respaldar a reabertura política e abrir caminho para uma necessária reforma constitucional, cujo objetivo principal seria, a seu ver, o atestado de óbito do regime monárquico no Nepal.

O futuro da monarquia ainda é incerto. Com efeito, Gyanendra consegue sobreviver a partir de sua suposta disposição em redemocratizar o país depois de quatro anos de absolutismo. Os desafios que se desenhavam ao Parlamento, além da consolidação e renovação dos partidos de oposição, são: o diálogo com os maoístas, visando sua gradual integração ao processo democrático, e a instalação de uma Assembléia Constituinte que venha a restaurar a estabilidade social e política do país. Os elementos que compõem a crise, o caráter autoritário do rei e a potencial convulsão incitada pelos maoístas, ainda não foram superados. Ainda assim, os últimos acontecimentos trazem a expectativa de que o Nepal finalmente encontre um caminho para a resolução de uma crise que aflige seu povo há uma década.